

ATA ASSEMBLEIA DOCENTE

As quatorze horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e doze na sede da APESJF-SSind, localizada no campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, os docentes da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Juiz de Fora reuniram-se em Assembleia Geral. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente iniciou contextualizando a primeira Assembleia pós-greve. O Sr. Presidente noticiou os Informes locais: Foi feita uma reunião com os docentes que tem direito a receber o auxílio transporte e que a APESJF tomou todas as medidas administrativas e jurídicas relativas à questão. Foi definido que a APES amplie a divulgação relativa às ações empreendidas e a recusa da UFJF em pagar o auxílio. O informe seguinte tratou da questão das férias para professores afastados para capacitação. A orientação é que o professor requeira suas férias, com a negativa da Universidade é possível, se necessário, ingressar na justiça. Relativo a esse informe tirou-se como encaminhamento a discussão a nível nacional no sentido de que a batalha jurídica também seja travada no plano nacional, reforçando que capacitação é trabalho e não férias. O professor questiona também sobre a posição da APES com relação a violência no Campus. O Presidente informou que não houve nenhuma reivindicação de apoio de nenhuma instituição estudantil. Foram também dados os informes sobre a reunião com o Reitor do IF Sudeste MG, a solicitação de audiência com o diretor do IF Sudeste MG Campus Muriaé e a realização de audiência com o diretor do IF Sudeste MG Campus Juiz de Fora e renovação do plano da Unimed. Seguiu-se aos Informes Nacionais: GTPE; GT Carreira e Setor das Federais; II Seminário nacional sobre Estado e educação; Encontro sobre diversidade sexual; Reunião do Setor das Federais; Audiência com Mercadante; VI Encontro Intersectorial. Prosseguiu-se com os Pontos de Pauta. O primeiro ponto tratado foi sobre a EBSERH. O Sr. Presidente dá o informe sobre a questão sinalizando as ações e encaminhamentos realizados pela APES e a solicitação da indicação de dois fiscais para consulta pública. Durante o debate os seguintes aspectos foram levantados: 1. Necessidade da consulta se estender a toda a comunidade universidade que deveria opinar; 2. A necessidade de a questão ser debatida no âmbito das instâncias democráticas da universidade; 3) A importância de se fazer a massificação do material nacional relativo a EBSERH; 3. O significado da EBSERH no aspecto do ensino; 4. O princípio privatista da EBSERH. Após o debate foram definidos os seguintes encaminhamentos: A APESJF não indicará fiscal para a consulta e argumentará da necessidade de adiar a realização da consulta devido à importância da realização de amplo debate que proceda qualquer processo de consulta. Articular com as entidades que compõem o comitê de defesa do HU no sentido de solicitar audiência com o diretor do HU e apresentar as preocupações apontadas na assembléia (ampliação da consulta, data da consulta, indicar a necessidade de amplo debate que proceda qualquer processo de consulta). Seguiu-se o segundo ponto de pauta: Progressão e férias na carreira EBTT. Após exposição da questão pelo Sr. Presidente abriu-se para o debate do qual foram definidos os seguintes encaminhamentos: 1. Acessar a AJN e pautar no Setor das Federais no sentido de entender como essa questão está sendo tratada em âmbito nacional. 2. Realizar um informe APES de denuncia (eletrônico e impresso) que sinalize a ambiguidade entre a orientação do IF e da UFJF. 2. Acompanhar a forma como a UFJF está tratando a questão buscando identificar qual é a ambiguidade jurídica entre a UFJF e o IF. 3. Denunciar a prática do pedágio do IF. 4. Indicar aos professores que possam progredir em 18 meses que entrem com o pedido. 5. Em relação a questão das férias foram aprovados os encaminhamentos da diretoria. Concluído o ponto seguiu-se para a discussão sobre as ações relativas a tramitação do PL. O presidente fez um breve histórico, bem como ressaltou a construção do documento Andes que revisa o PL. Informou da ação conjunta com o Sinasefe e o encontro com parlamentares da região. Observou que há pedidos de audiência com os deputados federais Júlio Delgado, Reginaldo Lopes e Gilmar Machado. Encerradas as discussões aprovaram-se os seguintes Encaminhamentos: 1. Participação na audiência da comissão de trabalho relativo ao PL no dia 13 de outubro, em Brasília. 2. Incluir a necessidade de participação das audiências na pauta de discussão com os deputados. 3. Questionar na reunião do Setor das Federais como anda a ação na OIT que denuncia o ato antisindical do governo. Aprovados os encaminhamentos seguiu-se

para o ponto relativo à Pauta local. O Sr. Vice presidente contextualizou o tema informando que serão enviados aos e-mails dos docentes o formulário de pauta local com o intuito de realizar um amplo panorama das condições de trabalho docente. Sobre o ponto foi definido como encaminhamento solicitar aos diretores de unidades e chefes de departamentos que enviem os formulários aos professores de suas unidades. Como último ponto foi discutida a questão da eleição para o conselho de representantes. Foram aprovados os seguintes encaminhamentos: 1. Nova eleição após recesso da Universidade. As eleições serão realizadas nas unidades. 2. Proceder as eleições para representantes aposentados ainda esse semestre. Eleição na sede. Buscar realizar a eleição junto com um evento que reúna os aposentados. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e, para constar, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada por mim. Juiz de Fora, 24 de outubro de 2012. Clarice Cassab – Secretária Geral da APESJF-SSind.